

O Desenvolvimento Sustentável¹

Por Glória Moreira

Um clássico dedicado ao assunto do relacionamento entre desenvolvimento e meio ambiente é a obra editada em Nova York, em 1987, e traduzida para o português no Brasil sob o título *Nosso Futuro Comum*, hoje esgotada e de difícil aquisição, pelo interesse que desperta naqueles que se preocupam com estas questões. É a publicação do resultado obtido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas como um organismo independente, em 1983. Esta Comissão, após trabalhar durante três anos e meio, apresentou o seu Relatório à Assembléia da ONU em 1987. Dela fizeram parte, além da então primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que a presidiu, pessoas provenientes de diversas partes do mundo e de diversas origens e formação: ministros de relações exteriores, funcionários de finanças e planejamento, administradores nas áreas de agricultura, ciência e tecnologia, ministros de gabinete e economistas de alto nível em seus países e bastante comprometidos com os problemas de suas nações. Entretanto, como a própria Gro Harlem explica, à medida que os trabalhos da Comissão foram sendo desenvolvidos, seus membros começaram a agir como indivíduos, interagindo por meio das tarefas destinadas a cada um, e, pouco a pouco, foi diminuindo a distinção entre “industrializado” e “em desenvolvimento”, entre Leste e Oeste (na época da formação da Comissão havia ainda a separação do bloco de países socialistas): “Nascia, em vez disso, uma preocupação comum com o planeta e com as ameaças, ao mesmo tempo ecológicas e econômicas, contra as quais todos os povos, instituições e governos agora lutavam (BRUNDTLAND, 1991, p. XV).

Por meio do próprio trabalho realizado, que se deu no decorrer de viagens por todos os continentes, quando os membros da Comissão entraram em contato com as diversas nações e populações locais do mundo, foi-se tomando conhecimento do que estava acontecendo e do que se previa acontecer de catastrófico e desesperante para estas sociedades. Acabaram, no cotidiano, convencidos de que eram necessárias grandes mudanças, tanto na forma como as nossas sociedades são organizadas quanto nas atitudes dos indivíduos em relação ao meio ambiente e ao desenvolvimento desejado. Como este nosso trabalho tem como intenção assinalar aspectos relacionados com os princípios que devem reger um desenvolvimento humano durável, seria interessante mostrar, além do que está dito acima, como se desenrolaram, no entender da sua presidente, os trabalhos da Comissão, do ponto de vista humano:

¹ Esse texto é um extrato da tese de doutorado “Por uma Ecologia Social: uma aproximação da noção de desenvolvimento aos princípios éticos do desenvolvimento humano durável”, de Glória Moreira, apresentada em 2004, ao Programa Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) do Instituto de Psicologia da UFRJ.

Sou profundamente grata a todos os membros da Comissão por sua dedicação, sua antevisão e seu engajamento pessoal em nossa lide comum. Foi sem dúvida uma excelente equipe. O clima de amizade e comunicação franca, a convergência de idéias e processo de aprendizagem e participação nos propiciaram uma experiência de otimismo, muito valiosa tanto para nós quanto, creio, para este relatório e sua mensagem. Esperamos partilhar com outras pessoas tudo aquilo que aprendemos e todas as experiências que vivemos juntos. Muitas outras pessoas têm de partilhar essa experiência a fim de que se possa alcançar um desenvolvimento sustentável (BRUNDTLAND, 1991, p. XVI).

Não bastava, neste momento, que as Nações Unidas criassem uma Comissão e lhe dessem a tarefa de falar sobre desenvolvimento e meio ambiente. Era preciso que os resultados deste trabalho fossem divulgados e aplicados, para que se encontrassem novas alternativas para o desenvolvimento na humanidade como um todo. Nas palavras de Brundtland, de grande atualidade:

Vivemos uma era da história das nações em que é mais necessária do que nunca a coordenação entre ação política e responsabilidade. A tarefa e o encargo com que se defrontam as Nações Unidas e seu secretário-geral são enormes. Satisfazer com responsabilidade os objetivos e as aspirações da humanidade requer ativo apoio de todos nós (BRUNDTLAND, 1991, p. XII).

Embora os efeitos da divulgação deste Relatório tenham sido menores do que se esperava, não podemos deixar de observar, hoje, que, em todos os sentidos, foi de grande valia, provocando uma reflexão, pelo menos, e modificando a compreensão do que seja desenvolvimento para os países industrializados e de como se deve, a partir dele, estabelecer a relação desenvolvimento/meio ambiente.

No prefácio do livro ela conta a história da formação da Comissão e da realização do trabalho, considerando a importância da tarefa que lhes foi consignada pelo secretário geral da ONU. O que se queria com a criação da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento em 1983?

- 1 □□propor estratégias ambientais de longo prazo para obter um desenvolvimento sustentável por volta do ano 2000 e daí em diante;
- 2 □□recomendar maneiras para que a preocupação com o meio ambiente se traduza em maior cooperação entre os países em desenvolvimento e entre países em estágios diferentes de desenvolvimento econômico e social e leve à consecução de objetivos comuns interligados que considerem as inter-relações de pessoas, recursos, meio ambiente e desenvolvimento;

- 3 □□considerar meios e maneiras pelos quais a comunidade internacional possa lidar mais eficientemente com as preocupações de cunho ambiental;
- 4 □□ajudar a definir noções comuns relativas a questões ambientais de longo prazo e os esforços necessários para tratar com êxito os problemas da proteção e da melhoria do meio ambiente, uma agenda de longo prazo a ser posta em prática nos próximos decênios, e os objetivos a que aspira a comunidade mundial (BRUNDTLAND, 1991, p. XI).

Começava-se, assim, a dar ênfase à compreensão de que, mesmo que a noção de desenvolvimento na cultura ocidental – já hegemônica economicamente nesta época -, seja fundamental para se compreender o movimento de sua permanente expansão, precisa-se levar em conta que a humanidade como um todo vive em um planeta de dimensões finitas e recursos limitados. O movimento estava partindo das Nações Unidas, que, embora tenha este nome, de fato, tem entre seus representantes uma presença maciça de nações profundamente identificadas com a cultura ocidental e tem sua sede nos Estados Unidos da América. Mesmo que a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento tenha sido criada em caráter independente, isto é, suas conclusões não seriam as conclusões oficiais das Nações Unidas - como não foram -, a sua criação significa a existência de uma real preocupação com o futuro da humanidade e com os procedimentos relacionados ao desenvolvimento e à industrialização como vinham sendo realizados: uma tomada de consciência de uma parte das pessoas responsáveis pelo mundo ocidental (e seus aliados) de que, talvez, não se devesse seguir o impulso inicial de expansão de forma incontrolada e espontânea.

Mas é no “meio ambiente” que todos vivemos: o “desenvolvimento” é o que todos fazemos ao tentar melhorar o que nos cabe neste lugar que ocupamos. Os dois são inseparáveis. Além disso, as questões de desenvolvimento devem ser consideradas cruciais pelos líderes políticos que acham que seus países já atingiram um nível que outras nações ainda lutam para alcançar. Muitas das estratégias de desenvolvimento adotadas pelas nações industrializadas são evidentemente insustentáveis (BRUNDTLAND, 1991, p. XIV).

É tão evidente o movimento de expansão da cultura ocidental que muito em breve iria se manifestar como o “processo de globalização”, que Gro Harlem não pode deixar de completar, em seguida: “E devido ao grande poder econômico e político desses países, suas decisões quanto ao desenvolvimento terão profundo impacto sobre as possibilidades de todos os povos manterem o progresso humano para as gerações futuras” (BRUNDTLAND, 1991, p. XIV).

Gro Harlem, ainda no prefácio de Nosso Futuro Comum (BRUNDTLAND, 1991), indica a quem os trabalhos da Comissão de destinam: em primeiro lugar, a todas as pessoas do mundo, de todas as categorias sociais, às instituições que

elas criaram, aos governos, diretamente ou por intermédio de seus ministérios e agências, e, especialmente, “ à congregação de governos, reunida na Assembléia Geral das Nações Unidas”, e à empresa privada, desde a micro, até à multinacional, sendo que esta tem possibilidade de promover grandes mudanças e melhorias onde seu braço atinge. A Comissão se dirige aos jovens, aos professores de todo o mundo, a quem cabe a tarefa de transmitir o conteúdo deste Relatório.

Se não conseguirmos transmitir nossa mensagem de urgência aos pais e administradores de hoje, arriscamo-nos a comprometer o direito fundamental de nossas crianças a um meio ambiente saudável, que promova a vida. Se não conseguirmos traduzir nossas palavras numa linguagem capaz de tocar os corações e as mentes de jovens e idosos, não seremos capazes de empreender as amplas mudanças sociais necessárias à correção do curso do desenvolvimento (BRUNDTLAND, 1991, p. XVI).

Este Relatório diz respeito a um trabalho com milhares de pessoas, de todas as categorias sociais, cidadãos, organizações não-governamentais e membros da comunidade científica, enfim, pessoas que, em seu trabalho cotidiano desempenham funções de instrução, conscientização, orientação e mudança política na sociedade. Sua participação foi vital para o estabelecimento de alguns rumos para um desenvolvimento sustentável, no sentido de “estabelecer os alicerces de Nosso Futuro Comum” (BRUNDTLAND, 1991, p. XVII). Delineiam-se algumas atitudes desejáveis no sentido de um aporte humano aos procedimentos relacionados ao desenvolvimento, como descreve Gro Harlem ao falar do processo de elaboração do Relatório da Comissão:

O processo de elaboração deste relatório prova que é possível unir esforços, identificar objetivos comuns e estabelecer uma ação comum. Cada membro da Comissão, se tivesse escrito o relatório sozinho, teria escolhido palavras diferentes. Contudo, conseguimos chegar a acordo sobre a análise, os remédios em geral e as recomendações para que o curso do desenvolvimento não sofra interrupções. Em última análise, o que importa é estimular a compreensão comum e espírito de responsabilidade comum, tão evidentemente necessário num mundo dividido (BRUNDTLAND, 1991, p. XVII).

Realizando um trabalho comum, os membros da Comissão ofereceram sua contribuição, independente das atividades que possam ter exercido anteriormente, em situação de igualdade com os outros membros e irmanados em um objetivo comum.

O Relatório da Comissão

A partir dos meados do século XX, quando a humanidade, por meio do desenvolvimento científico e tecnológico da cultura ocidental, teve a oportunidade de ver o planeta Terra do espaço pela primeira vez, a nossa casa (MORIN, 2000), o globo terrestre, “ uma bola frágil e pequena, dominada não pela ação e pela obra do homem, mas por um conjunto ordenado de nuvens, oceanos, vegetação e solos” (BRUNDTLAND, 1991, p. 1), este fato certamente modificou, para um grande número de indivíduos, a auto-imagem que se tinha de poder exercer um poder ilimitado sobre ela. Mais que isto, percebeu-se, visualmente, que a Terra não é o centro do universo – coisa já defendida por Copérnico, mas que faltava constatar. O homem, portanto, não tem, como se chegou a crer em algum tempo na história da cultura ocidental (PERRY, 1999), poder absoluto sobre o que está à sua disposição; precisa, sim, procurar entender esta sua nave em movimento (MORIN, 2000) e, de alguma forma, expressar para si o que está fazendo dentro dela.

O fato de a humanidade ser incapaz de agir conforme essa ordenação natural está alterando fundamentalmente os sistemas planetários. Muitas dessas alterações acarretam ameaças à vida. Esta realidade nova, da qual não há como fugir, tem que ser reconhecida – e enfrentada (BRUNDTLAND, 1991, p. 1).

Se se olha através da história, a Cultura Ocidental e a sua Sociedade da Ciência e da Tecnologia trouxeram muitos êxitos, sob o aspecto tanto humano quanto material, em relação a outras épocas de sua história e provocaram expectativas de esperança em muitos pontos: diminuiu consideravelmente a mortalidade infantil; a cura de muitas doenças foi descoberta; a esperança de vida humana tem aumentado, de um modo geral; cada dia um maior número de pessoas consegue se comunicar uns com os outros e seus próprios pensamentos e desejos, por meio da leitura e da escrita, assim como pelos meios de comunicação de massa; e a produção global de alimentos aumenta progressivamente. Não há dúvida a respeito da eficácia do método científico para a produção de conhecimento. As novas tecnologias apontam para uma possibilidade de maior qualidade de vida no futuro. Em termos globais, há indícios de melhoria em todos os campos do conhecimento e da atividade humana.

Mas os mesmos processos que trouxeram essas vantagens geram tendências que o planeta e seus habitantes não podem suportar por muito tempo. Estas têm sido tradicionalmente divididas em fracassos do “desenvolvimento” e fracassos na gestão do nosso meio ambiente. No tocante ao desenvolvimento, há, em termos absolutos, mais famintos no mundo do que nunca, e seu número vem aumentando. O mesmo ocorre com o número de analfabetos, com o número dos que não dispõem de água e moradia de boa qualidade, e nem de lenha e carvão para cozinhar e se aquecer. Amplia-se – em vez de diminuir – o fosso entre nações ricas e pobres, e, dadas as

circunstâncias atuais e as disposições institucionais, há poucas perspectivas de que essa tendência se inverta. Há também tendências ambientais que ameaçam modificar radicalmente o planeta e ameaçam a vida de muitas espécies, incluindo a espécie humana (BRUNDTLAND, 1991, p. 2).

Pelo próprio andamento dos trabalhos da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, seus membros puderam chegar a uma constatação fundamental, que está ligada ao que vimos dizendo até aqui: muito do que se chama desenvolvimento em nossa sociedade ocidental, quando buscado, em vez de provocar o aumento de qualidade de vida, melhoria de padrão e expectativa em relação ao grau de felicidade e de humanização a ser alcançado, acaba dando origem “a um número cada vez maior de pessoas pobres e vulneráveis, além de causarem danos no meio ambiente” (BRUNDTLAND, 1991, p. 4). De que vale, então, um tal desenvolvimento para o mundo do futuro quando, pelas progressões que já podiam ser feitas quando se constituiu tal Comissão, se duplicaria o número de pessoas, num mesmo meio ambiente, que já apresentava sinais de desgaste e aparecia o risco de extinção para muitos aspectos antes considerados perenes?

Essa constatação ampliou nossa visão do desenvolvimento. Passamos a encará-lo não apenas em seu contexto restrito de crescimento econômico nos países em desenvolvimento. Percebemos que era necessário um novo tipo de desenvolvimento capaz de manter um progresso humano não apenas em alguns lugares e por alguns anos, mas em todo o planeta, e até um futuro longínquo (BRUNDTLAND, 1991, p. 4).

Daí se ter que considerar a questão de um desenvolvimento que fosse “sustentável”, no sentido de manter-se por muitos e muitos anos, para toda a humanidade. “Assim, o ‘desenvolvimento sustentável’ é um objetivo a ser alcançado não só pelas nações ‘em desenvolvimento’, mas também pelas industrializadas” (BRUNDTLAND, 1991, p. 4).

O que se constatou, pelo trabalho desta Comissão, mas que não era, nesta época, nenhuma novidade para uma grande parte das pessoas responsáveis pelas suas comunidades e grupos sociais, é que, se antes o planeta era formado de um conjunto de atividades humanas mais ou menos separadas em nações, setores e interesse, podendo estes ser de caráter ambiental, econômico ou social e os setores poderiam ser do tipo energia, agricultura e comércio, hoje esta divisão em compartimentos está diluindo-se, e as chamadas “crises” globais fazem parte de uma só crise, seja ela ambiental, de desenvolvimento ou energética.

Trata-se de mudar de direção, prestar atenção aos aspectos de: aumento exponencial da população (sendo que, provavelmente, não de maneira uniforme, mas concentrando-se nas regiões mais pobres) e aumento da atividade econômica, o que prefigura “profundos impactos sobre a biosfera, à medida que o mundo investe em habitação, transporte, agricultura e indústria” (BRUNDTLAND,

1991, p. 5). Uma grande parte deste crescimento econômico só é possível porque se utilizam matérias-primas de florestas, solos, mares e vias navegáveis. Novos métodos de produção devem ser criados, na intenção de minorar os efeitos da utilização desses recursos.

A nova tecnologia, uma das molas mestras do crescimento econômico, possibilita a desaceleração do consumo perigosamente rápido dos recursos finitos, mas também engendra sérios riscos, como novos tipos de poluição e o surgimento, no planeta, de novas variedades de formas de vida que podem alterar os rumos da evolução (BRUNDTLAND, 1991, p. 5).

Enquanto nos países industrializados, advertidos dos riscos que se está correndo, procura-se, de uma forma ou de outra, estancar esta sangria,

[...] as indústrias que mais dependem de recursos do meio ambiente, e que mais poluem, se multiplicam com grande rapidez no mundo em desenvolvimento, onde o crescimento é mais urgente e há menos possibilidades de minimizar efeitos colaterais nocivos (BRUNDTLAND, 1991, p. 5).

Se de uma parte, as grandes empresas multinacionais deslocam algumas de suas unidades de produção, como já dissemos acima, para as regiões em desenvolvimento, onde as carências de progresso são muitas, onde o mercado do consumo ainda não se desenvolveu da forma esperada (no sentido do desenvolvimento econômico na forma como temos mostrado), existem ainda as facilidades que estas empresas têm, por causa da falta de controle legal relacionado à proteção do meio ambiente, de outra parte o que se constata é que poluição aqui não quer dizer isenção dela mais acolá. Temos acompanhado pelos meios de comunicação os movimentos das chuvas ácidas, as alterações atmosféricas, a deterioração das terras áridas, fenômenos que provocam a emigração de populações inteiras – refugiados ambientais – para países vizinhos, e os desflorestamentos na América Latina e na Ásia, que têm como conseqüência, com as chuvas, inundações que causam grandes danos às populações que habitam as terras mais baixas e a beira dos rios. A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, na década de 80, afirma a inter-relação entre as regiões do globo terrestre e os reflexos do desgaste e da poluição ambiental de umas sobre as outras.

Essas alterações correlatas criaram novos vínculos entre a economia global e a ecologia global. No passado, nos preocupamos com os impactos do crescimento econômico sobre o meio ambiente. Agora temos de nos preocupar com os impactos do desgaste ecológico – degradação de solos, regimes hídricos, atmosfera e florestas – sobre nossas perspectivas econômicas. Mais recentemente tivemos de assistir ao aumento acentuado da interdependência econômica das nações. Agora temos de nos acostumar à sua crescente

interdependência ecológica. A ecologia e a economia estão cada vez mais entrelaçadas – em âmbito local, regional, nacional, mundial – numa rede inteiriça de causas e efeitos (BRUNDTLAND, 1991, p. 5).

Já na década de 80, durante o trabalho da Comissão, não havia mais lugar para se isentar governo, empresa multinacional, comunidades locais e simples cidadãos de uma responsabilidade conjunta em relação ao futuro do planeta. Entretanto, as relações desiguais entre os países do Norte e do Sul continuaram. E, utilizando ainda o discurso do necessário desenvolvimento, os mais ricos exercem enormes pressões sobre os governos dos mais pobres, pois necessitam extrair deles matéria prima para manter sua produção acelerada e atender ao mercado do consumo:

Nos últimos decênios, surgiram no mundo em desenvolvimento problemas ambientais que põem em risco a vida. [...] e no entanto esses países em desenvolvimento têm de atuar num contexto em que se amplia o fosso entre a maioria das nações industrializadas e em desenvolvimento em matéria de recursos, em que o mundo industrializado impõe as normas que regem as principais organizações internacionais, e em que esse mundo industrializado já usou grande parte do capital ecológico do planeta. Essa desigualdade é o maior problema “ambiental” da Terra; é também seu maior problema de “desenvolvimento”.

Em muitos países em desenvolvimento, as relações econômicas internacionais constituem um problema a mais para a administração do meio ambiente. [...] A exportação de recursos naturais continua sendo um fator importante em suas economias, sobretudo no caso dos menos desenvolvidos. Devido a enormes pressões econômicas, tanto externas quanto internas, a maioria desses países explora excessivamente sua base de recursos ambientais. [...] As raízes da crise² estendem-se também a um sistema econômico mundial que retira de um continente pobre mais do que lhe dá (BRUNDTLAND, 1991, p. 6/7).

Os países em desenvolvimento (já denominados assim, em relação a um ideal que está totalmente relacionado ao conceito de desenvolvimento na cultura ocidental, como vimos) acabam por se enroscar em um emaranhado de condições e imposições expressas como necessárias para sua modernização que os conduzem a contrair dívidas. E, não tendo como pagá-las, tem-se que fazê-lo à custa do equilíbrio ecológico destas regiões do planeta, remetendo matéria-prima

² Está-se falando da crise africana, “desencadeada pela seca, que atingiu seu auge, pondo em risco 35 armas e se preparar para defender suas nações de seculares inimigos, sem falarmos da grande corrida armamentista impetrada pelos pólos do Leste e Oeste, nesta ocasião, criando armas nucleares com poder destrutivo muito maior do que poderia comportar o planeta.

e recursos que, teoricamente, deveriam contribuir para o seu real desenvolvimento (mesmo dentro do modelo de crescimento do Ocidente).

Na época dos trabalhos da Comissão, a corrida armamentista era intensa. Constatou-se que muitos países, necessitados de recursos financeiros para, ao menos, sair de um estado de pobreza endêmica, utilizavam seus próprios recursos para comprar milhões de pessoas e matando aproximadamente 1 milhão” (BRUNDTLAND, 1991, p.3).

Muitos dos atuais esforços para manter o progresso humano, para atender às necessidades humanas e para realizar as ambições humanas são simplesmente insustentáveis – tantos nas nações ricas quanto nas pobres. Elas retiram demais, e a um ritmo acelerado demais, de uma conta de recursos ambientais já a descoberto, e no futuro não poderão esperar outra coisa que não a insolvência dessa conta (BRUNDTLAND, 1991, p. 8).

A preocupação maior desta Comissão, entretanto, conforme já se falou mais acima, não é apenas com o presente. Constatando o estado de desgaste em que se encontra a Terra do ponto de vista ecológico e verificando que muito dificilmente se conseguiria estancar ou, pelo menos, diminuir este movimento em poucos anos, devido à sua grande aceleração, seus olhares se voltam para o futuro do planeta e para as futuras gerações humanas que o habitarão:

Tomamos um capital ambiental emprestado às gerações futuras, sem qualquer intenção ou perspectiva de devolvê-lo. Elas podem até nos maldizer por nossos atos perdulários, mas jamais poderão cobrar a dívida que temos com elas. Agimos desta forma porque podemos escapar impunes: as gerações futuras não votam, não possuem poder político ou financeiro, não têm como opor-se a nossas decisões (BRUNDTLAND, 1991, p. 8).

É doloroso perceber a dureza destas palavras: o que nos autoriza, de forma pouco ética, a fazer o que estamos fazendo – ou está-se fazendo no planeta -, é provavelmente a impunidade que se goza, pois quando as conseqüências de nosso desperdício e irresponsabilidade humana se abaterem sobre a humanidade, estas gerações que aqui estão certamente já terão ido e restarão às gerações futuras os resultados destas ações irresponsáveis e desumanas. Este é o significado do grito de alerta deste Relatório, feito pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

[...] é uma concepção que busca uma integração entre os países no sentido de que revejam suas relações comerciais, pois a desigualdade existente entre os países pobres e os países ricos é fruto dessas relações, que precisam ser revistas com o objetivo de que, assim, possa ser possível conservar e preservar os recursos

naturais. A proposta que foi feita aos países consiste em que os ricos diminuam o seu ritmo de produção e consumo e os pobres possam elevá-lo um pouco para que haja mais qualidade de vida e menos destruição (MACIEL, 2003, p. 52).

A receptividade a este Relatório não foi unânime. E, mesmo se nele se fizeram afirmações incontestáveis – porque passíveis de comprovação –, muitos conseguiram ver lacunas e aspectos pouco positivos. Por exemplo, ele deixa cair grande parte do peso de suas críticas à crescente degradação ambiental sobre os países pobres, pelo fato de os aspectos levantados estarem mais relacionados a eles. Tânia Maciel (2003) cita François Houtart, para quem “o relatório aponta os problemas que existem na relação entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos, e, ainda, as conseqüências dessa relação para o ambiente e a sociedade, porém não questiona a lógica econômica que produz essa relação” (MACIEL, 2003, p. 53).

O que nos deve chamar a atenção – e, mais tarde, em Copenhague, esta questão será melhor discutida –, é quando se trata das necessidades das populações humanas envolvidas:

O grande lema do Desenvolvimento Sustentável é que se procure satisfazer as necessidades do presente sem com isso comprometer a satisfação das necessidades futuras. Como necessidades básicas a comissão que preparou o relatório acima citado entende a alimentação, o vestuário, a habitação e o emprego (Brundtland, 1991:46). Tais necessidades não levam em consideração duas necessidades prementes nos países subdesenvolvidos que são a saúde e a educação. E a pergunta que ecoa entre os países subdesenvolvidos é como sair desse estado de subdesenvolvimento sem educação (MACIEL, 2003, p. 53).

Este é um olhar diverso daquele que, com tanto sucesso e felicidade, organizou e produziu o Relatório. Parece que é possível ver os problemas de uma outra perspectiva, e entendemos ser necessário expressá-la agora, nesta oportunidade, pois este trabalho ora apresentado identifica-se profundamente com ela:

É urgente que passemos a pensar com o olhar do Sul e não apenas a partir da dominância dos países do Norte. Esse olhar faz com que a educação seja para nós nervo central de um sistema que nos conduziria ao padrão digno de qualidade de vida necessário à sobrevivência e que seja adequado aos habitantes do mundo. Por isso, é preciso lembrar o que nos diz Dumazedier (1974), no sentido de que “o estudo da necessidade é inseparável dos critérios de desenvolvimento. É uma ilusão acreditar que as necessidades podem ser referência possível”, e essa referência deve ser local. (MACIEL, 2003, p. 53/54).

Antes, porém, de tratarmos do tema Desenvolvimento Local, dediquemo-nos ainda ao conceito de Desenvolvimento Sustentável, fruto do Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

O que é o Desenvolvimento Sustentável

Do ponto de vista da Comissão presidida pela Gro Harlem Brundtland, a humanidade devia buscar um Desenvolvimento Sustentável, isto é, procurar garantir que se possa atender às necessidades atuais, sem, no entanto, comprometer, no futuro, o atendimento das necessidades das novas gerações.

[...] O conceito de desenvolvimento sustentável tem, é claro, limites – não limites absolutos, mas limitações impostas pelo estágio atual da tecnologia e da organização social, no tocante aos recursos ambientais, e pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos da atividade humana. Mas tanto a tecnologia quanto a organização social podem ser geridas e aprimoradas a fim de proporcionar uma nova era de crescimento econômico (BRUNDTLAND, 1991, p. 9).

Sua proposta, de início, supõe a erradicação da pobreza, pois para que haja um desenvolvimento sustentável em todo o mundo, “ é preciso atender às necessidades básicas de todos e dar a todos a oportunidade de realizar suas aspirações de uma vida melhor” (BRUNDTLAND, 1991, p. 9/10). Se há pobreza endêmica no mundo, haverá sempre o risco de catástrofes, sejam elas ecológicas ou de qualquer outra natureza. Esta constatação é tão óbvia quanto a de que sem alimento não se pode sobreviver ou que para manter a vida humana é preciso ter aspirações, nem que sejam apenas de ter uma vida melhor. É o mínimo que se pode querer para um grupo de seres humanos, sejam eles quais forem, em qualquer parte do globo. Supor ser possível obter um desenvolvimento, qualquer que seja, nas condições atuais, sem levar em conta aqueles que vivem em situação de pobreza absoluta é estar completamente fora de uma consciência humanitária elementar, considerando-se o que foi dito acima em relação à interdependência global hoje existente. Se na década de 80 isto já era evidente, hoje, com o processo de globalização, deveria estar mais claro ainda. Continua o Relatório da Comissão a exposição do que acredita ser o desenvolvimento sustentável:

O atendimento das necessidades básicas requer não só uma nova era de crescimento econômico para as nações cuja maioria da população é pobre, com garantia de que esses pobres receberão uma parcela justa dos recursos necessários para manter esse crescimento. Tal equidade seria facilitada por sistemas políticos que assegurassem a participação efetiva dos cidadãos na tomada de decisões e por processos mais democráticos na tomada de decisões no âmbito internacional (BRUNDTLAND, 1991, p. 10).

Entretanto, não bastaria que aos pobres fossem garantidos o desenvolvimento e uma participação mais eqüitativa nas tomadas de decisão, pois, constatado que existe uma finitude de certos recursos naturais do planeta e que, pelo próprio processo desencadeado pela industrialização e pelo mercado consumidor, de utilização acelerada e ininterrupta destes recursos, caberia aos países desenvolvidos uma mudança de atitude no sentido de uma revisão deste processo como um todo. “Para que haja um desenvolvimento global sustentável é necessário que os mais ricos adotem estilos de vida compatíveis com os recursos ecológicos do planeta – quanto ao consumo de energia, por exemplo” (BRUNDTLAND, 1991, p. 10).

Atendidas as necessidades básicas das populações mais pobres, é possível que ocorra um aumento significativo da população (mais alimentos, menor taxa de mortalidade infantil, etc.). Entretanto, considerando a escassez dos recursos ainda existentes no planeta, seria aconselhável um proporcional desenvolvimento, tanto do potencial produtivo quanto do número daqueles que deles irão usufruir.

Além disso, o rápido aumento populacional pode intensificar a pressão sobre os recursos e retardar qualquer elevação dos padrões de vida; portanto, só se pode buscar o desenvolvimento sustentável se o tamanho e o aumento da população estiverem em harmonia com o potencial produtivo cambiante do ecossistema (BRUNDTLAND, 1991, p. 10).

O desenvolvimento sustentável não é certamente algo a que se dá início e tem um fim esperado. Pelo próprio significado do termo sustentável, é um permanente processo de mudança, em que, certamente, a racionalidade cartesiana deverá ter participação efetiva, desde que, consideradas as dificuldades que se vislumbram de sua aplicação, vai-se precisar de estabelecer princípios, metas e procedimentos de avaliação que possam servir de parâmetros para estas mudanças, de acordo com as bases culturais do Ocidente. Diante da situação que se descortina, entretanto, para a Comissão presidida por Brundtland não há muita escolha para a humanidade se se quer continuar vivendo neste planeta e desfrutando de suas belezas e recursos naturais.

Afinal, o desenvolvimento sustentável não é um estado permanente de harmonia, mas um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras (BRUNDTLAND, 1991, p. 10).

Os trabalhos da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento foram de extrema importância no momento histórico em que ocorreu. A partir da publicação do Relatório na forma do livro Nosso Futuro Comum (BRUNDTLAND, 1991), muitos problemas relacionados à depredação do meio ambiente pelos

países desenvolvidos, se antes ficavam encobertos ou desconhecidos, assim como toda a problemática em torno do esforço dos países em desenvolvimento para atingir o grau de seus congêneres mais ricos, não podiam mais ser ignorados. Embora, de fato, não se tenha levado o Relatório ao pé da letra, deu-se início a uma profunda mudança de mentalidade, no que diz respeito a desenvolvimento e ecologia.

No nosso entender, no entanto, este movimento ainda não atendeu à real necessidade dos problemas que aponta. Está-se em um contexto em que a primazia do econômico ainda dita os comportamentos e as atitudes. No próprio Relatório, a Comissão, ao falar do risco que a humanidade está correndo de não poder deixar para as gerações futuras um planeta habitável, declara: “[...] esse mundo industrializado já usou grande parte do capital ecológico do planeta” (BRUNDTLAND, 1991, p. 6). É como diz Tania Maciel (2000): “O conceito de Desenvolvimento Sustentável, por sua vez, é empregado em sentido amplo, sem fronteiras” (MACIEL, 2000, p. 201), embora ainda com forte conotação econômica, por uma grande parte dos países, sejam eles ricos ou pobres.